



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO

DIVISÃO DE GESTÃO DE FROTA

### **Concurso Público**

## **Aquisição de Peças para Manutenção Preventiva de Veículos Afetos ao Município do Funchal**

**Nº 35/DMIE/DGF/2025**

**CADERNO DE ENCARGOS**



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO

DIVISÃO DE GESTÃO DE FROTA

## **PRIMEIRA PARTE**

### **Disposições Gerais**

#### **Cláusula 1.º**

#### **OBJECTO DO PROCEDIMENTO**

1- O procedimento tem por objeto **Aquisição de Peças para manutenção preventiva dos Veículos afetos ao Município do Funchal**

**Lote 1: Peças Volvo**

**Lote 2: Peças Mitsubishi**

**Lote 3: Peças Toyota**

**Lote 4: Peças Mercedes-Benz**

**Lote 5: Peças Komatsu**

**Lote 6: Peças MAN**

**Lote 7: Peças para Veículos Multimarca Ligeiros**

**Lote 8: Peças Secção Elétrica**

**Lote 9: Peças/Consumíveis para Manutenção**

2 - O objeto do contrato a celebrar não está classificado com o código de Vocabulário Comum para os Contratos Públicos **CPV 34300000-0 Peças e acessórios para veículos e seus motores**, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002 (versão consolidada).

3 - As especificações técnicas e respetivas características dos artigos a fornecer para cada lote serão descritas no **anexo II- Cláusulas Técnicas Especiais de cada Lote** que faz parte integrante deste Caderno de Encargos.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO

DIVISÃO DE GESTÃO DE FROTA

4 - As quantidades presentes a concurso estão indicadas na lista anexa ao Caderno de Encargos e identificado como **anexo II- Cláusulas Técnica Especiais de cada Lote**, devendo ser considerado como meros indicadores de previsão podendo ser alterados para mais ou para menos, desde que não se esgote o valor total adjudicado.

**Cláusula 2.º**

**Contrato**

- 1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar.
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos e o seu anexo técnico;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos - na sua atual redação (adiante designado por "CCP") e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO

DIVISÃO DE GESTÃO DE FROTA

**Cláusula 3.º**

**Prazo de execução**

1- O contrato terá início com a sua celebração e mantém-se em vigor pelo **prazo de 12 (doze) meses**, cessando com o fim do prazo de execução ou se tiver atingido o valor total do contrato, caso este ocorra antes daquele prazo, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

**Cláusula 4.º**

**Obrigações principais do adjudicatário**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário:

- a) Todas as peças apresentadas nos lotes, terão de ser novas, entendendo-se como novas, aquelas que não foram utilizadas de nenhum modo desde o momento do seu fabrico até a sua chegada ao cliente.
- b) Obrigação de fornecer todos os bens, nomeadamente as peças indicas no **anexo II- Mapa de Quantidades** do presente Caderno de Encargos para utilizar nas atividades de manutenção preventiva das viaturas afetas ao município.
- c) As peças terão de ser certificadas por normas portuguesas e/ou europeias.
- d) As peças a apresentar terão de cumprir a qualidade e as normas presentes no Anexo I – Cláusulas Técnicas Especiais.
- e) No **anexo I - “Cláusulas Técnicas Especiais de Cada Lote”** deste caderno de encargos, estão presentes as características técnicas das dos bens objeto do contrato em cada um



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO

DIVISÃO DE GESTÃO DE FROTA

dos lotes, sendo obrigatório, os concorrentes respeitarem todas as características, sob pena de serem excluídos.

f) Obrigação de cumprir na íntegra com o estipulado no caderno de encargos e com os respetivos anexos técnicos;

g) A entrega das peças, com as características descritas (marcas apresentadas) no caderno de encargos, características técnicas e deverão cumpri-las na íntegra.

h) Obrigação de comunicar à entidade adjudicante, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento definido neste caderno de encargos e demais documentos contratuais;

i) Obrigação de comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviços, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

j) Recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens;

k) Obrigação de manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios à execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos.

**Cláusula 5.º**

**Forma de execução**

1- O adjudicatário obriga-se a garantir que as peças a fornecer, no âmbito das suas obrigações contratuais observam todas as normas legais e regulamentares aplicáveis.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO

DIVISÃO DE GESTÃO DE FROTA

- 2- A entidade adjudicante, solicita o fornecimento de peças e ou consumíveis através de um pedido de material via e-mail, devendo o adjudicatário fornecer o solicitado nas condições contratadas e que constam no mapa de quantidades respetivo;
- 3- Após a assinatura de contrato, o adjudicatário terá que proceder à respetiva entrega, no prazo máximo e quantidades mínimas (se as houver) estipulado no **anexo- Cláusulas Técnica Especiais de cada Lote** para cada artigo, nas instalações Divisão de Gestão de Frota sito à Rua Mestre Sidónio n.º 28, Edifício dos Viveiros, Fundoa de Baixo, Funchal.

**Cláusula 6.º**

**Obrigações principais da entidade adjudicante**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Município do Funchal as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de pagamento dos bens adquiridos de acordo com as condições acordadas;
- b) Partilha de informações e de todos os dados necessários para a adequada execução do contrato pelo adjudicatário.

**Cláusula 7.º**

**Conformidade e operacionalidade dos bens**

- 1- O adjudicatário obriga-se a entregar ao contraente público o bem objeto do contrato com as características, especificações e requisitos mencionados nos requisitos descritos no anexo a este caderno de encargos.
- 2- O bem, objeto do contrato, deve ser entregue em perfeitas condições de ser utilizado para o fim a que se destina.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO

DIVISÃO DE GESTÃO DE FROTA

3- É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4- O adjudicatário é responsável perante o Município, por qualquer defeito ou discrepância do/s bem/s objeto do contrato que exista no momento em que os bens são entregues.

**Cláusula 8.º**

**Entrega dos bens objeto do contrato**

1- A entrega das peças, far-se-á nas instalações afetas à Divisão de Gestão de Frota do Município do Funchal, sito na Rua Mestre Sidónio, nº 28, Edifício dos Viveiros, Funchal;

2- Com a entrega das peças, ocorre a transferência da posse daquele para o contraente público, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

**Cláusula 9.º**

**Inspeção e testes**

Efetuada a entrega do bem objeto do contrato, o Município do Funchal, por si e juntamente com um representante do adjudicatário, procede à inspeção qualitativa do mesmo e aos testes de aceitação, com vista a verificar, respetivamente, se o mesmo reúne as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais constantes nas cláusulas do caderno de características técnicas do presente caderno de Encargos e da proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

**Cláusula 10.ª**

**Garantia**

1- Nos termos do artigo 444.º do CCP, é aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO

DIVISÃO DE GESTÃO DE FROTA

2- O prazo de garantia é de 36 de meses a contar da data da assinatura do auto de receção dos bens objeto do contrato, de acordo com o [artigo 12.º n.º 1 do DL n.º 84/2021.](#)

**Cláusula 11.º**

**Preço base**

- 1- O preço base para a aquisição **de Peças para Manutenção Preventiva de Veículos Afetos ao Município Funchal - € 198.300,00 (cento e noventa e oito mil e trezentos euros)**, sendo para o **Lote 1- €55.200,00** (cinquenta e cinco mil e duzentos euros), para o **Lote 2- €76.200,00** (setenta e seis mil e duzentos euros), **Lote 3- €6.300** (seis mil e trezentos euros), **Lote 4- €17.800,00** (dezassete mil, oitocentos euros), **Lote 5 € 3.500**(três mil e quinhentos euros), **Lote 6- €2.400,00** (dois mil e quatrocentos euros), **Lote 7- €6.900,00** (seis mil e novecentos euros), **Lote 8- €16.000,00** (dezassete mil euros) e para a **Lote 9- 14.000,00** (catorze mil euros)
- 2- O preço base foi obtido através dos preços atualizados do mercado obtidos através de consulta preliminar ao mercado, prevista no artigo 35.º-A e conforme o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP.
- 3- O concorrente não poderá apresentar proposta de preço superior ao preço base sob pena de ser excluído.

**Cláusula 12.º**

**Preço Contratual**

- 1- Pela aquisição dos bens objeto do contrato bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município, deve pagar ao adjudicatário em função do tipo e quantidade de bens efetivamente fornecidos.





MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO

DIVISÃO DE GESTÃO DE FROTA

2- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens para o respetivo local de entrega, incluindo, a aquisição, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como de quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3- Só após a entrega dos bens objeto do contrato e da confirmação por parte dos serviços do Município do Funchal da boa receção dos bens, o adjudicatário emite e envia à entidade adjudicante a respetiva fatura.

**Cláusula 13.º**

**Condições pagamento**

1- As quantias devidas pelo Município do Funchal, serão pagas de 30 (trinta) a 60 (dias) após a receção pelo Município da respetiva fatura, as quais só podem ser emitidas após vencimento das obrigações respetivas

2- A fatura deve incluir a indicação do número de compromisso atribuído ao contrato, sob pena de devolução da mesma.

3- Para os efeitos do número um do presente artigo, a obrigação considera-se vencida com o auto de receção dos bens objeto do contrato emitido pelo Município do Funchal sendo necessário a fatura fazer-se acompanhar do auto de receção.

4- O cocontratante pode emitir faturas eletrónicas, nos termos do artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO

DIVISÃO DE GESTÃO DE FROTA

5- As faturas a emitir pelo Cocontratante **devem ser enviadas para o Município do Funchal para a plataforma respetiva através da solução ilink Digital Sharing cessível em <https://www.ilink.pt>** e com conhecimento do **Gestor do Contrato**.

6 – As faturas devem cumprir o preceituado no Art.º 36.º do CIVA, e enviadas, o mais breve possível, para o Município do Funchal, através endereço eletrónico descrito no ponto anterior.

7- Em caso de discordância por parte do Município, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao Cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

8 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária.

**Cláusula 14.º**

**Penalidade contratuais**

1- Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município, pode exigir do Cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) pelo incumprimento sob a forma de mora do fornecimento dos bens objeto do contrato na proporção de 5% do preço contratual, nos termos do artigo 329.º n.º 1 e 2 do CCP.

b) pelo cumprimento defeituoso do fornecimento dos bens objeto do contrato nos exatos termos, requisitos e especificações técnicas fixados no Caderno de Encargos, que não seja eliminado no prazo de 10 dias, no valor de 5% do preço contratual, de acordo com o artigo 329.º n.º 1 e 2 do CCP.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO

DIVISÃO DE GESTÃO DE FROTA

c) em caso de resolução do contrato por incumprimento definitivo do contrato imputável ao Cocontratante, o Contraente Público, pode exigir uma pena pecuniária de 9% do preço contratual.

2 – O valor acumulado das sanções a que se refere o número anterior, não pode exceder 20% do preço contratual.

3 – Nos casos em que seja atingido o limite fixado no número anterior, e o Contraente Público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, o limite é elevado para 30% do preço contratual.

4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o Contraente Público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Cocontratante e as consequências do incumprimento.

5 - Para aplicação das sanções pecuniárias, o Município do Funchal deve alertar o Cocontratante que existe uma situação de incumprimento, quer sob a forma de mora, quer sob a forma de cumprimento defeituoso.

6 - No caso de cumprimento defeituoso o Contraente Público deve exigir ao Cocontratante que, no prazo de 10 dias úteis, os defeitos sejam eliminados e a execução do contrato seja exata e pontualmente cumprida.

7 – Os atos de aplicação de multas pelo Contraente Público são definitivos e executórios.

8 – O Contraente Público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias aplicadas nos termos da presente Cláusula.

9 – O valor das sanções é descontado na fatura relativa ao período em que se deu o facto que originou a sua aplicação.

10 - As penas pecuniárias previstas na presente Cláusula não obstam a que a Contraente Público exija uma indemnização pelo dano excedente.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO

DIVISÃO DE GESTÃO DE FROTA

**Cláusula 15.º**

**Forças Maior**

1 — Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;



## MUNICÍPIO DO FUNCHAL

### DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO

#### DIVISÃO DE GESTÃO DE FROTA

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### **Cláusula 16.º**

##### **Resolução por parte do contraente público**

- 1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Município, pode resolver o contrato com base nos artigos 325.º, 334.º e 335.º do CCP, e/ou ainda a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, conforme previsto no artigo 333.º daquele diploma;
- 2- Verificando-se uma situação de incumprimento por facto imputável ao adjudicatário, considera-se haver incumprimento definitivo, quando, após advertência e aplicação de sanção, este continue a incorrer em incumprimento.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO

DIVISÃO DE GESTÃO DE FROTA

**Cláusula 17.ª**

**Resolução por parte do adjudicatário**

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicatária pode resolver o contrato nas situações previstas no artigo 332.º do CCP, designadamente:

- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, quando a resolução não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do adjudicatário ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença;
- b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao contraente público;
- c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela entidade adjudicante por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;
- d) Exercício ilícito dos poderes tipificados no capítulo sobre conformação da relação contratual pelo contraente público, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
- e) Incumprimento pela entidade adjudicante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.

2 – No caso plasmado na alínea c) do número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 dias após a sua receção, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO

DIVISÃO DE GESTÃO DE FROTA

3 – Nos restantes casos previstos na lei, o direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

**Cláusula 18.ª**

**Alterações ao contrato**

1- Qualquer alteração do contrato deve constar de documento escrito assinado por ambas as partes e produz efeitos a partir da data da respetiva assinatura.

2- Quando devidamente fundamentado, o contrato pode ser modificado por:

- a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
- b) Decisão judicial ou arbitral;
- c) Razões de interesse público.

3- O contrato pode ser modificado com os seguintes fundamentos:

- a) Quando as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato;
- b) Por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes.

4 - A alteração do contrato não pode conduzir à modificação das prestações principais abrangidas pelo objeto do contrato ou aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

- 5 – Salvo quando a natureza duradoura do vínculo contratual e o decurso do tempo o justifiquem, a modificação só é permitida quando seja objetivamente demonstrável que a ordenação das propostas avaliadas no procedimento de formação do



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO

DIVISÃO DE GESTÃO DE FROTA

contrato não seria alterada se o caderno de encargos tivesse contemplado essa modificação.

**Cláusula 19.ª**

**Subcontratação, cessão de créditos e da posição contratual**

- 1- A subcontratação e a cessão da posição contratual pela cocontratante, estão dependentes de autorização do Contraente Público, nos termos do Código dos Contratos Públicos.
- 2 - A cessão de créditos só se efetuará mediante a autorização prévia, escrita, do órgão competente da contraente pública, nos termos da legislação aplicável.

**Cláusula 20.ª**

**Gestor do contrato**

O gestor do contrato é o Eng.º Rúben Luís com os contatos institucionais [ruben.luis@funchal.pt](mailto:ruben.luis@funchal.pt), telemóvel 968 26 47 98 Telefone fixo: 29121 1000 (Ext: 5047);

**Cláusula 21.ª**

**Comunicações e notificação**

- 1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2- Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.





MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO

DIVISÃO DE GESTÃO DE FROTA

**Cláusula 22.º**

**Confidencialidade e Proteção de Dados Pessoais**

- 1- A representada do Segundo obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela representada do Primeiro ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
- 2- Os dados pessoais a que a representada do Segundo tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela representada do Primeiro ao abrigo do contrato serão tratados em estrita observância das regras e normas da representada do Primeiro.
- 3- A representada do Segundo compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela representada do Primeiro ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela representada do Primeiro.
- 4- No caso em que a seja a representada do Segundo autorizada pela representada do Primeiro a subcontratar outras entidades para o fornecimento, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.
- 5- A representada do Segundo obriga-se a garantir que as empresas por este subcontratadas cumprirão o disposto na Lei da Proteção de Dados Pessoais e na demais legislação aplicável, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que a representada do Segundo celebra com outras entidades por si subcontratadas.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO

DIVISÃO DE GESTÃO DE FROTA

6- A representada do Segundo obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na LPDP e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais e nomeadamente a:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela representada do Primeiro único e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;
- b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
- c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;
- d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a representada do Primeiro esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da representada do Primeiro contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
- f) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.

7- A representada do Segundo será responsável por qualquer prejuízo em que a representada do Primeiro venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.



MUNICÍPIO DO FUNCHAL

DEPARTAMENTO DE MOBILIDADE INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTO

DIVISÃO DE GESTÃO DE FROTA

8- Para efeitos do disposto nos números anteriores da presente cláusula entende-se por "colaborador" toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços à representada do Segundo, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre a representada do Segundo e o referido colaborador.

9- A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

10- A representada do Primeiro compromete-se a cumprir integralmente e sem reservas com o estipulado na Lei de Proteção de Dados

**Cláusula 23.º**

**Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e feriados.

**Cláusula 24.º**

**Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do foro do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Cláusula 25.º**

**Legislação aplicável**

O contrato é regulado pela legislação Portuguesa em especial pelo Código dos Contratos Públicos.